

Geraldo Fonseca

Manual da
RECUPE
AÇÃO
Judicial



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 05.01.2021

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F744m

Fonseca, Geraldo

Manual da recuperação judicial / Geraldo Fonseca. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense. 2021.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9100-5

1. Direito comercial – Brasil. 2. Direito empresarial – Brasil. 3. Sociedades comerciais – Recuperação – Brasil. 4. Falência – Brasil. I. Título.

20-63559

347.736(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO	1
1 RECUPERAÇÃO DA EMPRESA E SEU PROCESSO JUDICIAL	3
1.1 Noções preliminares sobre a recuperação judicial.....	3
1.2 O que é a recuperação judicial.....	8
1.3 Especialidade do procedimento de recuperação.....	13
1.4 A estrutura da Lei 11.101/2005	20
2 JURISDIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	21
2.1 Indispensabilidade da jurisdição estatal.....	21
2.2 Competência.....	23
2.2.1 Juízo competente.....	23
2.2.2 Natureza da competência.....	26
2.2.3 Reconhecimento da incompetência.....	30
2.2.4 Prevenção e limites da competência do juízo recuperacio- nal.....	32
2.3 Características específicas do juízo da recuperação judicial.....	35
2.4 Administrador judicial.....	40
2.4.1 Noções gerais.....	40
2.4.2 Seleção	41
2.4.3 Remuneração.....	44
2.4.4 Substituição e destituição	47
2.4.5 Responsabilidade.....	48
2.4.6 Legitimidade recursal do administrador judicial	48
2.5 Participação do Ministério Público	50
3 PARTES	55
3.1 Polo ativo.....	55

3.1.1	Legitimidade ordinária e legitimidade extraordinária.....	55
3.1.2	Situação dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	57
3.1.3	Consolidação processual e consolidação substancial (ou litisconsórcio ativo).....	59
3.1.4	Os requisitos para o empresário requerer recuperação.....	65
3.1.4.1	A limitação da recuperação judicial a empresários	65
3.1.4.2	Empresário: individual, sociedade empresária e EIRELI.....	67
3.1.4.3	Empresários excluídos da abrangência da Lei 11.101/2005.....	69
3.1.4.4	A regularidade empresarial e requisitos específicos	71
3.1.4.5	Recuperação judicial do produtor rural	73
3.1.4.5.1	A opcional empresariedade do produtor rural e seus efeitos	73
3.1.4.5.2	Os argumentos favoráveis à recuperação judicial do produtor rural com menos de dois anos de registro empresarial ...	75
3.1.4.5.3	Os argumentos contrários à recuperação judicial do produtor rural com menos de dois anos de registro empresarial...	77
3.1.4.5.4	O novo regramento sobre a admissibilidade da recuperação judicial do produtor rural	82
3.1.4.5.5	As peculiaridades quanto aos créditos sujeitos à recuperação judicial do produtor rural	83
3.2	Polo passivo.....	85
3.2.1	Credores como réus	85
3.2.2	Litisconsórcio passivo na recuperação judicial.....	86
3.2.3	Credores sujeitos ao processo.....	89
3.2.4	Credores não sujeitos ao processo	89
3.2.5	Situações especiais.....	95
3.2.6	Esquema dos créditos sujeitos, não sujeitos e excluídos, mas com limitação de exercício.....	100
3.2.7	Comitê de credores	100

4	PROCEDIMENTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	103
4.1	Procedimento ordinário e procedimento simplificado para a micro e a pequena empresa.....	103
4.2	Procedimento principal e procedimento incidental para verificação de créditos	104
4.3	Procedimento preliminar de mediação.....	104
4.4	Visão geral do procedimento principal.....	105
4.5	A contagem dos prazos no procedimento da recuperação judicial ...	106
4.6	Como se desenvolve o procedimento principal.....	112
5	PETIÇÃO INICIAL	113
5.1	Requisitos da petição inicial.....	113
5.2	A documentação inicial.....	115
5.3	Como instruir a petição inicial.....	117
5.4	Efeitos do ajuizamento	118
5.5	Modelo de petição inicial.....	119
6	O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	125
6.1	Noções gerais	125
6.2	Juízo de admissibilidade e a constatação prévia.....	132
6.3	Mérito da recuperação judicial.....	136
6.4	Deferimento do processamento	138
6.4.1	Natureza do ato.....	138
6.4.2	A recorribilidade da decisão de deferimento do processamento	140
6.4.2.1	A restrição legal ao cabimento do agravo de instrumento	140
6.4.2.2	O rol mais ou menos taxativo: embates doutrinários e a decisão do Superior Tribunal de Justiça ...	143
6.4.2.3	Cada tribunal com seu posicionamento	146
6.4.2.4	As quatro teses pelo cabimento do agravo de instrumento contra a decisão que defere o processamento da recuperação judicial.....	148
6.4.2.4.1	A inutilidade – e provável inexistência – de futuro apelo	148
6.4.2.4.2	Recuperação judicial como execução coletiva.....	151

6.4.2.4.3	A decisão de deferimento seria equivalente à tutela provisória	152
6.4.2.4.4	A decisão versa sobre o mérito da recuperação judicial.....	154
6.4.2.5	A decisão é, portanto, recorrível	154
6.5	Suspensão das ações pelo deferimento do processamento	156
6.5.1	Fundamentos	156
6.5.2	Tutela provisória para antecipação da suspensão	161
6.5.3	Prazo suspensivo	163
6.5.4	O plano dos credores em decorrência do fim do <i>stay period</i>	165
6.6	Impossibilidade de livre desistência da ação	165
6.7	Publicidade do regime de recuperação judicial	167
6.8	Modelo de decisão de deferimento do processamento	168
7	CONVOCAÇÃO DOS CREDORES: A CITAÇÃO	171
7.1	A especialidade da convocação	171
7.2	Modelo de edital de convocação (e deferimento do processamento)	174
8	A APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	177
8.1	O plano de recuperação judicial.....	177
8.2	A apresentação do plano de recuperação pelos credores.....	182
8.3	Modelo de petição de apresentação do plano de recuperação judicial	183
8.4	Modelo de edital de recebimento do plano de recuperação judicial e da segunda relação de credores	184
9	DEFESA: A OBJEÇÃO DOS CREDORES AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	185
9.1	Defesa.....	185
9.1.1	Defesa no processo de recuperação judicial	185
9.1.2	Objecção ao plano de recuperação judicial	187
9.2	Caminhos do processo com objeção ou sem objeção	189
9.3	Modelo de objeção ao plano de recuperação.....	189
10	ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES	193
10.1	Conceito.....	193

10.2	Procedimentos de convocação e instalação.....	195
10.3	Participantes.....	196
10.4	Desenvolvimento dos trabalhos.....	202
10.5	Classes de credores e deliberação sobre o plano de recuperação ...	203
10.6	Suspensão prévia e invalidação da assembleia.....	205
10.7	Roteiro da assembleia geral de credores.....	207
10.8	Modelo de edital de convocação para a assembleia geral de credores.....	207
10.9	Modelo de ata de assembleia geral de credores.....	208
11	SENTENÇA.....	211
11.1	Natureza da sentença e da tutela jurisdicional na recuperação judicial.....	211
11.2	Resultado da assembleia geral e seu reflexo na sentença.....	215
11.2.1	Regra geral: vinculação do juiz à decisão dos credores.....	215
11.2.2	Verificação das formalidades da assembleia geral.....	216
11.2.3	O juiz e o conteúdo do plano.....	216
11.2.4	Concessão da recuperação com plano rejeitado: o <i>cram down</i>	218
11.2.5	Abuso do direito de rejeição do plano.....	222
11.3	Decretação da falência como consequência da rejeição do plano.....	223
11.4	A questão das certidões tributárias como requisito à concessão da recuperação.....	225
11.5	Recurso contra a sentença.....	227
11.6	Modelo de sentença de homologação do plano.....	230
12	PROCEDIMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	233
12.1	Conceitos e visão geral.....	233
12.2	Fase administrativa.....	234
12.3	Fase judicial.....	238
12.4	Formação do quadro geral de credores.....	243
12.5	Ação rescisória especial.....	244
12.6	Roteiro da verificação dos créditos.....	246
12.7	Modelo de petições na fase de verificação de créditos.....	246
12.7.1	Modelo de habilitação de crédito com garantia real.....	246
12.7.2	Modelo de habilitação de crédito de honorários advocatícios.....	247

12.7.3	Divergência de crédito para correção de categoria e valor.....	249
12.7.4	Divergência de crédito sobre atualização de valor	250
12.7.5	Divergência de crédito de honorários advocatícios	251
12.7.6	Divergência de crédito de alienação fiduciária para exclusão	254
12.7.7	Impugnação de crédito.....	256
13	PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	259
13.1	Fundamentos.....	259
13.2	Peculiaridades do procedimento simplificado	260
14	PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO ENCERRAMENTO E AO CUMPRIMENTO DO PLANO.....	263
14.1	Fase de observação	263
14.2	Descumprimento do plano e convalidação em falência.....	263
14.3	Encerramento e novação	264
14.4	Descumprimento posterior ao encerramento	266
14.4.1	Execução forçada	266
14.4.2	Pedido de falência.....	267
14.5	Modelo de pedido de convalidação em falência por descumprimento do plano no biênio inicial.....	267
14.6	Modelo de requerimento de cumprimento da sentença por descumprimento do plano depois de dois anos	269
14.7	Modelo de pedido autônomo de falência por descumprimento do plano depois de dois anos (art. 94, III, g).....	271
	APÊNDICE: O PROCESSO SIMULADO.....	273
1.	O caso da Pink Peças Automotivas Ltda.	273
2.	Petição inicial: o pedido de recuperação judicial da Pink	275
3.	O deferimento do processamento da recuperação judicial da Pink.....	280
4.	Edital de convocação dos credores da Pink.....	282
5.	A apresentação do plano de recuperação judicial da Pink	285
6.	Edital de recebimento do plano de recuperação judicial e da segunda relação de credores da Pink	285
7.	Objecção dos credores ao plano da Pink	287
8.	Edital de convocação para a assembleia no caso simulado	289

9. Ata de assembleia no caso simulado.....	290
10. Sentença de homologação do plano no caso simulado	291
11. Verificação de créditos no processo simulado.....	292
11.1 Habilitação de crédito com garantia real.....	292
11.2 Habilitação de crédito de honorários advocatícios	293
11.3 Divergência de crédito para correção de categoria e valor.....	295
11.4 Divergência de crédito sobre atualização de valor	297
11.5 Divergência de crédito de honorários advocatícios	298
11.6 Divergência de crédito de alienação fiduciária para exclusão	301
11.7 Impugnação de crédito	303
12. Pedido de convalidação em falência por descumprimento do plano no biênio inicial.....	305
13. Requerimento de cumprimento da sentença por descumprimento do plano depois do encerramento da recuperação judicial	306
14. Modelo de pedido de falência por descumprimento do plano depois de dois anos.....	308
REFERÊNCIAS.....	311